



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002746-30.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Rejane Celia Bertuga do Amaral**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado com a ré contrato para a prestação de serviços de telefonia fixa comutada mediante utilização de sistema de acesso sem fio.

Alegou ainda que a ré, não obstante alguns problemas, vinha prestando os serviços ajustados até que lhe comunicou que a linha foi cancelada a seu pedido, o que refutou.

Tentou resolver a pendência, sem sucesso, mesmo a ré solicitando um prazo para tanto.

Os documentos que instruíram o relato exordial o prestigiam satisfatoriamente.

O de fls. 02/03 cristaliza o vínculo jurídico entre as partes, ao passo que o de fl. 06 encerra pedido de desculpa por parte da ré pelos transtornos causados à autora, bem como noticia a necessidade de um *"prazo maior para entrega de um novo aparelho e religue da linha"*.

Isso ao que consta não teve vez.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Por outro lado, a ré em genérica contestação não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pela autora.

Tampouco se pronunciou sobre os documentos assinalados.

Na verdade, ela se limitou a assinalar que não incorreu em falha na prestação dos serviços a seu cargo, além de confirmar que a autora teria solicitado o cancelamento da linha.

Assim posta a divergência estabelecida, é certo que tocava à ré a comprovação dos fatos que invocou, seja em decorrência do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor (cujos pressupostos estão aqui presentes), seja por força da regra do art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil (até porque seria inexigível que a autora demonstrasse fato negativo consistente em não ter cancelado os serviços em pauta), mas ela não se desincumbiu minimamente desse ônus.

Com efeito, a ré nada trouxe aos autos de concreto para fazer supor que a autora tivesse realmente cancelado a linha telefônica de que era titular.

Se isso sucedeu por escrito, o respectivo instrumento não foi amealhado; se por meio de contato telefônico, a respectiva gravação deixou de ser apresentada.

As "telas" de fl. 17, unilateralmente confeccionadas, por óbvio não bastam por si sós para que se tenha como configurada a conduta atribuída à autora.

Ademais, e como se não bastasse, a ré em momento algum justificou por qual motivo emitiu o documento de fl. 06, em que sua falha, explicitamente admitida, fica clara.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Pelo que restou apurado a ré não tinha razão para cancelar a linha da autora e nem mesmo a troca de tecnologia para acesso ao serviço seria apto a justificar a demora para o seu restabelecimento.

A imposição a ela da obrigação de fazer pleiteada a fl. 01 é em consequência de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré ao cumprimento da obrigação de fazer consistente em, no prazo máximo de cinco dias, instalar a linha telefônica à autora (nº (16) 3379-6018) sem qualquer ônus para ela, inclusive mediante entrega do aparelho que se fizer necessário, sob pena de multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Torno definitiva a decisão de fls. 10/11, item 1.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**